

# **Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Três Meses  
Findo em 31 de Março de 2018 e  
Relatório sobre a Revisão das  
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Statkraft Energias Renováveis S.A.  
Florianópolis - SC

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Ênfase

### *Processos investigativos*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às informações financeiras intermediárias, a qual descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e suas controladas de outra empresa brasileira, a qual, por sua vez, é citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016; (ii) com relação ao Procedimento de Investigação Criminal ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzido pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida, em 2017, a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Companhia, sobre a qual não existe nenhum processo, restrição ou medida desfavorável até o presente momento; e (iii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas a fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais -FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF - ANIPA. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29 às informações financeiras intermediárias, o objetivo dessa ação é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, e, atualmente, vem sendo classificada com avaliação de risco possível. Em relação aos assuntos mencionados, neste momento, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos para a Companhia. As informações financeiras intermediárias não incluem nenhuma provisão relacionada aos possíveis desdobramentos decorrentes desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

### *Revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentadas para fins de comparação*

As informações financeiras intermediárias correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 8 de maio de 2017, sem ressalvas e contendo ênfase similar à descrita anteriormente, relativa ao item "Processos investigativos".

Porto Alegre, 9 de maio de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017			31.03.2018	31.12.2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.117	93.181	218.266	183.324	Fornecedores	16	5.673	3.281	131.100	107.864
Contas a receber	7	17.195	14.243	106.942	93.475	Financiamentos	17	-	-	34.678	34.804
Dividendos a receber	10	57.852	57.852	5.495	5.495	Partes relacionadas	10	51.804	50.784	51.804	53.331
Tributos a recuperar		3.538	3.561	5.141	5.633	Concessões a pagar	18	-	-	9.430	8.655
Almoxarifado		-	-	1.061	2.316	Salários e encargos sociais		3.270	4.960	3.942	5.767
Repactuação do risco hidrológico	7	-	-	3.798	3.731	Tributos a recolher	19	3.281	1.280	11.136	9.090
Outros ativos		1.093	1.006	3.684	4.394	Imposto de renda e contribuição social		-	-	7.008	5.301
Total do ativo circulante		<u>175.795</u>	<u>169.843</u>	<u>344.387</u>	<u>298.368</u>	Dividendos a pagar	10	1.996	1.996	1.996	1.996
						Outros passivos	20	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>5.442</u>	<u>5.940</u>
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		<u>66.123</u>	<u>62.301</u>	<u>256.536</u>	<u>232.748</u>
Aplicação financeira restrita	9	-	-	43.536	42.914	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber		-	-	22.252	27.756	Financiamentos	17	-	-	340.784	348.897
Partes relacionadas	10	20.783	30.994	6.490	6.445	Concessões a pagar	18	-	-	64.270	64.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	12.776	12.776	Tributos a recolher	19	-	-	812	1.013
Repactuação de risco hidrológico	7	-	-	1.289	1.972	Imposto de renda e contribuição social		-	-	685	855
Outros ativos		287	269	366	651	Provisão para remoção de imobilizado		-	-	9.860	9.758
Propriedades para investimento	15	15.497	16.177	15.497	16.177	Provisão para perda em investimentos	8	1.159	903	1.159	903
Investimentos ao valor justo	11	64.425	63.416	64.425	63.416	Provisão para contingências		14.630	14.715	22.439	23.307
Investimentos	12	586.065	569.196	19.309	20.606	Outros passivos	20	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.159</u>	<u>9.193</u>
Imobilizado	13	3.223	3.219	910.438	926.704	Total do passivo não circulante		<u>15.789</u>	<u>15.618</u>	<u>449.168</u>	<u>458.079</u>
Intangível	14	8.224	4.195	57.333	52.439	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		<u>698.504</u>	<u>687.466</u>	<u>1.153.711</u>	<u>1.171.856</u>	Capital social	21	711.365	711.365	711.365	711.365
						Reservas de Lucros	21	21.736	21.736	21.736	21.736
						Ajuste de avaliação patrimonial	21	46.955	46.289	46.955	46.289
						Lucros acumulados	21	<u>12.331</u>	<u>-</u>	<u>12.331</u>	<u>-</u>
								792.387	779.390	792.387	779.390
						Participação dos não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>7</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>792.387</u>	<u>779.390</u>	<u>792.394</u>	<u>779.397</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>874.299</u>	<u>857.309</u>	<u>1.498.098</u>	<u>1.470.224</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>874.299</u>	<u>857.309</u>	<u>1.498.098</u>	<u>1.470.224</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
<b>RECEITA</b>					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	22	-	-	79.794	57.044
Receita líquida da prestação de serviços	22	<u>2.113</u>	<u>4.329</u>	<u>254</u>	<u>848</u>
Receita líquida		<u>2.113</u>	<u>4.329</u>	<u>80.048</u>	<u>57.892</u>
Custo do fornecimento de energia elétrica	23 (a)	-	-	(42.867)	(30.870)
Custo dos serviços prestados	23 (a)	<u>(1.089)</u>	<u>(3.221)</u>	<u>(899)</u>	<u>(1.232)</u>
LUCRO BRUTO		<u>1.024</u>	<u>1.108</u>	<u>36.282</u>	<u>25.790</u>
Gerais e administrativas	23 (b)	<u>(6.351)</u>	<u>(5.316)</u>	<u>(10.136)</u>	<u>(10.583)</u>
Outras despesas		<u>91</u>	<u>(1.972)</u>	<u>1.259</u>	<u>(1.180)</u>
Equivalência patrimonial	12	<u>16.869</u>	<u>13.625</u>	<u>(1.297)</u>	<u>(1.833)</u>
Dividendos auferidos	11	<u>219</u>	<u>-</u>	<u>219</u>	<u>-</u>
		<u>10.828</u>	<u>6.337</u>	<u>(9.955)</u>	<u>(13.596)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>11.852</u>	<u>7.445</u>	<u>26.327</u>	<u>12.194</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Despesas financeiras	24	<u>(1.479)</u>	<u>(574)</u>	<u>(11.961)</u>	<u>(11.287)</u>
Receitas financeiras	24	<u>1.870</u>	<u>2.600</u>	<u>4.440</u>	<u>7.121</u>
Total do resultado financeiro		<u>391</u>	<u>2.026</u>	<u>(7.521)</u>	<u>(4.166)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>12.243</u>	<u>9.471</u>	<u>18.806</u>	<u>8.028</u>
Imposto de renda e contribuição social	25	<u>343</u>	<u>19.970</u>	<u>(6.220)</u>	<u>21.413</u>
LUCRO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		<u>12.586</u>	<u>29.441</u>	<u>12.586</u>	<u>29.441</u>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	<u>(255)</u>	<u>509</u>	<u>(255)</u>	<u>509</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>12.331</u>	<u>29.950</u>	<u>12.331</u>	<u>29.950</u>
<b>ATRIBUÍVEL A</b>					
Acionistas da controladora				<u>12.331</u>	<u>29.950</u>
Participação de não controladores				<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>12.331</u>	<u>29.950</u>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>					
De operações continuadas		<u>0,08780</u>	<u>0,20538</u>		
De operações descontinuadas		<u>(0,00178)</u>	<u>0,00355</u>		
	30	<u>0,08602</u>	<u>0,20893</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.331	29.950	12.331	29.950
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação investimentos ao valor justo	666	557	666	557
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>12.997</u>	<u>30.507</u>	<u>12.997</u>	<u>30.507</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora			12.997	30.507
Participação de não controladores			-	-
			<u>12.997</u>	<u>30.507</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos acumulados)	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017		880.312	-	45.301	(153.617)	771.996	7	772.003
								-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	557	-	557	-	557
Prejuízo do período		-	-	-	29.950	29.950	(7)	29.943
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017		<u>880.312</u>	<u>-</u>	<u>45.858</u>	<u>(123.667)</u>	<u>802.503</u>	<u>-</u>	<u>802.503</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		711.365	21.736	46.289	-	779.390	7	779.397
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	666	-	666	-	666
Lucro líquido do período		-	-	-	12.331	12.331	-	12.331
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018		<u>711.365</u>	<u>21.736</u>	<u>46.955</u>	<u>12.331</u>	<u>792.387</u>	<u>7</u>	<u>792.394</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes dos tributos e das operações descontinuadas		12.243	9.471	18.806	8.028
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	-	(1.389)	(622)	(2.624)
Equivalência patrimonial	12	(16.869)	(13.625)	1.297	1.833
Valor residual de propriedades para investimentos baixados		680	-	680	202
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13	-	-	516	-
Depreciação e amortização	13 e 14	189	163	16.460	14.592
Encargos financeiros de financiamentos	17	-	-	7.129	9.573
Provisão (reversão) para contingências	29	(85)	1.808	(868)	2.178
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(2.952)	(1.252)	(7.963)	9.570
Tributos a recuperar		23	203	492	(940)
Outras movimentações em ativos		(105)	587	1.857	(3.922)
Fornecedores		2.392	(150)	23.236	(1.834)
Salários e encargos sociais		(1.690)	721	(1.825)	1.377
Tributos a recolher		2.001	229	1.845	(6.910)
Outras movimentações em passivos		100	-	1.129	8.834
Juros pagos sobre financiamentos	17	-	-	(6.885)	(8.836)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.683)	(12.403)
Dividendos destinados e recebidos		-	30.165	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		<u>(4.073)</u>	<u>26.931</u>	<u>50.601</u>	<u>18.718</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Resgates de aplicação financeira restrita	9	-	-	-	1.227
(Aquisição) alienação de bens do imobilizado e intangível	13 e 14	(4.222)	(326)	(5.604)	(1.912)
Operações com partes relacionadas		<u>11.231</u>	<u>(478)</u>	<u>(1.572)</u>	<u>(1.166)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>7.009</u>	<u>(804)</u>	<u>(7.176)</u>	<u>(1.851)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Pagamentos de financiamentos - principal	17	-	-	(8.483)	(10.695)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	-	(8.483)	(10.695)
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>2.936</u>	<u>26.127</u>	<u>34.942</u>	<u>6.172</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	93.181	17.775	183.324	140.761
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	96.117	43.902	218.266	146.933
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>2.936</u>	<u>26.127</u>	<u>34.942</u>	<u>6.172</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
<b>RECEITAS LÍQUIDAS DE IMPOSTOS</b>					
Venda da energia e serviços	22	2.113	4.329	80.048	57.892
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)					
Custo do fornecimento de energia elétrica	23(a)	-	-	(25.864)	(15.668)
Custo dos serviços prestados	23(a)	-	(4)	(899)	(1.232)
Gerais e administrativas	23(b)	(2.029)	(1.714)	(4.385)	(4.361)
Outros Resultados operacionais		<u>91</u>	<u>(1.972)</u>	<u>1.259</u>	<u>(1.180)</u>
		(1.938)	(3.690)	(29.889)	(22.441)
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e amortização	13 e 14	(186)	(163)	(16.290)	(14.219)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>					
		<u>(11)</u>	<u>476</u>	<u>33.869</u>	<u>21.232</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Equivalência patrimonial	12	16.869	13.625	(1.297)	(1.833)
Receitas financeiras	24	1.870	2.600	4.440	7.121
Dividendos auferidos	11	<u>219</u>	<u>-</u>	<u>219</u>	<u>-</u>
		18.958	16.225	3.362	5.288
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>					
		<u>18.947</u>	<u>16.701</u>	<u>37.231</u>	<u>26.520</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Salários e encargos sociais	23(b)	3.684	5.156	4.923	5.705
Remuneração dos administradores	10.1	1.541	1.500	1.541	1.500
Imposto de renda e contribuição social	25	(343)	(19.970)	6.220	(21.413)
Despesas financeiras	24	1.479	574	11.961	11.287
Lucros retidos/prejuízo do período		12.586	29.441	12.586	29.441
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUÍDO</b>					
		<u>18.947</u>	<u>16.701</u>	<u>37.231</u>	<u>26.520</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração de energia elétrica. A Companhia teve sua razão social alterada no dia 13 de julho de 2015, passando a compor o Grupo Statkraft (sendo anteriormente denominada Desenvix Energias Renováveis S.A.).

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía participação societária nas seguintes Companhias, exceto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex") que foi descontinuada em 2016.

<u>Companhia</u>		<u>Tipo</u>	<u>Participação societária</u>
Eólicas:			
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a)	Controlada direta	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a)	Controlada direta	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a)	Controlada direta	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a)	Controlada direta	100,00%
Pequenas Centrais Hidrelétricas:			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b)	Controlada direta	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b)	Controlada direta	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b)	Controlada direta	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c)	Controlada direta	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c)	Controlada em conjunto	50,00%
Usinas Hidrelétricas:			
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d)	Controlada direta	100,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(e)	Outras participações	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas "Ceran")	(e)	Outras participações	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(e)	Outras participações	2,12%
Serviços de Operação e Manutenção (O&M):			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(f)	Operação descontinuada	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estado da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobrás"), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA").
- (c) Referem-se a controlada direta e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos possuem Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de autorização, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 ("LEN 2011 (A-3)").
- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa 8).

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas e controlada em conjunto do Grupo:

Usina	Contrato	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada MW (*)	Garantia física MW médio (*)
<b>Eólicas ("EOL"):</b>					
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	34,50	10,50
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	35,07	13,40
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	30,06	11,33
<b>Hídricas:</b>					
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	22,20	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	15,00	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	30,00	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	13,70	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	25,00	13,7
UHE Monel	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	30 anos	74,00	41,7

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

### 1.1. Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes. Até o momento não é possível estimar se haverá potenciais impactos negativos para a Companhia.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017, conforme decisão judicial.

A Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") ajuizou a ação civil pública nº 0033834-52.2016.4.01.3400 contra todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na investigação criminal mencionada acima, pleiteando ressarcimento em razão da suposta má gestão dos administradores da FUNCEF, considerando os fatos narrados na operação Greenfield. A administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida (vide nota explicativa 29).

## 1.2. Liminar GSF (“Generation Scalling Fator”)

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares os saldos de mercado de curto prazo referente aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monel e PCH Moinho encontram-se protegidas do efeito controverso do MRE, sendo que os saldos da competência a partir de março de 2018 passam a ser liquidados de acordo com seus vencimentos. Já a liminar que protegia a controlada em conjunto PCH Passos Maia caiu em 15 de dezembro de 2017, sendo que este valor foi pago no dia 9 de janeiro de 2018.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 08 de maio de 2018.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pela “International Accounting Standards Board – IASB”, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Portanto, as correspondentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conexão àquelas demonstrações financeiras.

### 2.1. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 47 (IFRS 15) – “Receita de Contratos com Clientes” - implementação do CPC 47 - a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar esta norma, ficando revogada a norma anterior CPC 30 (R1) – Receitas a partir da mesma data. O Grupo fez avaliação do impacto desta norma sobre seus contratos com clientes, e concluiu que não há mudanças no reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes quando comparadas as duas normas. Com relação à divulgação existem alterações com relação a desagregação, saldo, obrigação de desempenho, e preço de transação alocado das receitas de contratos de clientes que constam apresentados na nota explicativa 22 destas demonstrações.
- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros” - também em 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar a nova norma sobre que versa sobre reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. A companhia fez análise dos impactos desta norma quando comparada ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e identificou que as práticas utilizadas até o fim da vigência desta norma permaneceram após a vigência do CPC 48 sem quaisquer alterações. O Grupo também efetuou também análise dos impactos da implementação da nova norma, não identificando nenhuma alteração na mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros que ela possui.

O CPC 48 também trouxe a opção de reavaliação do reconhecimento dos instrumentos patrimoniais ao valor justo entre a demonstração do resultado e demonstração de resultados abrangentes. Para estes instrumentos o Grupo optou em manter a abordagem de reconhecimento adotada até 2017, ou seja, as variações na mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais tratados como instrumentos financeiros se mantêm reconhecido nas demonstrações de outros resultados abrangentes.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

##### a) Vida útil do ativo imobilizado

Com base em estudos técnicos, o Grupo reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil. A última avaliação técnica completa foi realizada em setembro de 2017.

##### b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível" e "Propriedades para investimento".

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para contingências

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### 4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme segue:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Total dos financiamentos	375.462	383.701
(-)caixa e equivalentes de caixa	218.266	183.324
(-)aplicação financeira restrita	43.536	42.914
Dívida líquida	<u>113.660</u>	<u>157.463</u>
Total do patrimônio líquido	<u>792.394</u>	<u>779.397</u>
Índice de alavancagem financeira - %	14,34	20,20

Como a controladora não possui endividamento o cálculo do seu índice de alavancagem não é apresentado.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Contas bancárias em moeda funcional	16	21	3.860	4.167
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>96.101</u>	<u>93.160</u>	<u>214.406</u>	<u>179.157</u>
	<u>96.117</u>	<u>93.181</u>	<u>218.266</u>	<u>183.324</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

## 6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	(i)	-	-	28.177	32.830
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	63.824	46.479
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	35.080	40.835
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	16.711	14.243	1.629	-
Outras contas a receber	(v)	<u>484</u>	-	<u>484</u>	<u>1.087</u>
Total		<u>17.195</u>	<u>14.243</u>	<u>129.194</u>	<u>121.231</u>

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias; Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo;
- (ii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia acima de 100% ao montante contratado pelo CER (Contrato de Energia de Reserva) mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem o Parque Eólico do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses;
- (iii) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto;
- (iv) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.



## 7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Por conta do período hidrológico adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

	Consolidado	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante	3.798	3.731
Não circulante	<u>1.289</u>	<u>1.972</u>
	<u>5.087</u>	<u>5.703</u>

## 8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como *core business* a prestação de serviços à terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita líquida	-	946
Custo do serviço prestados	-	(328)
Despesas gerais e administrativas	(305)	(262)
Outros resultados operacionais	-	348
Resultado financeiro	50	65
Imposto de renda e contribuição social	-	(260)
Lucro (prejuízo) do período	<u>(255)</u>	<u>509</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica de "provisão para perda em investimentos" no valor de R\$1.159 (em 31 de dezembro de 2017, R\$903).

## 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa 17).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
No início do período/exercício	42.914	91.123
Aplicações	-	1.659
Rendimentos líquidos de impostos	622	6.425
Resgates	-	(56.293)
No final do período/exercício	<u>43.536</u>	<u>42.914</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais restam demonstrados ao final dos períodos conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Ativo circulante:					
Contas a receber:					
Energen S.A.	(i)	1.537	1.434	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	279	125	279	125
Esmeralda S.A.	(i)	1.409	1.139	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	1.055	844	-	-
Moinho S.A.	(i)	2.152	2.010	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	2.122	1.711	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	812	650	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	1.441	1.166	1.441	1.166
Santa Laura S.A.	(i)	1.394	1.174	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	1.903	1.514	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	893	715	-	-
Statkraft Investimentos Ltda.	(ii)	12	11	12	11
Statkraft Chile Ltda.	(ii)	821	821	821	821
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	806	885	806	885
Statkraft Peru	(ii)	44	44	44	44
Statkraft AS	(ii)	31	-	31	-
		<u>16.711</u>	<u>14.243</u>	<u>3.434</u>	<u>3.052</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Dividendos a receber:				
Energen S.A.				
Esmeralda S.A.	19.477	19.477	-	-
Macaúbas Energética S.A.	3.738	3.738	-	-
Moinho S.A.	7.876	7.876	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.836	1.836	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.814	2.814	-	-
Passos Maia Energética S.A.	5.495	5.495	5.495	5.495
Seabra Energética S.A.	2.718	2.718	-	-
Santa Laura S.A.	10.500	10.500	-	-
Santa Rosa S.A.	3.398	3.398	-	-
	<u>57.852</u>	<u>57.852</u>	<u>5.495</u>	<u>5.495</u>
Ativo não circulante:				
Mútuos:				
Energen Energias Renováveis S.A.	(iii) 180	180	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(iii) 5.019	10.019	-	-
Santa Rosa S.A.	(iii) 9.094	14.350	-	-
FUNCEF	(iv) 6.490	6.445	6.490	6.445
Água Quente Ltda.	(iv) 3.210	3.145	3.210	3.145
Bom Retiro S.A.	(iv) 2.017	1.967	2.017	1.967
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v) (5.227)	(5.112)	(5.227)	(5.112)
	<u>20.783</u>	<u>30.994</u>	<u>6.490</u>	<u>6.445</u>
Total do ativo	<u>95.346</u>	<u>103.089</u>	<u>15.419</u>	<u>14.992</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Statkraft AS	(vi) 2.977	272	5.168	2.819
Partes relacionadas:				
Statkraft investimentos Ltda.	(vii) 51.804	50.512	51.804	50.512
Dividendos a pagar:				
Statkraft investimentos Ltda.	1.623	1.623	1.623	1.623
FUNCEF	373	373	373	373
Total dividendos a pagar	1.996	1.996	1.996	1.996
Total do passivo	<u>56.777</u>	<u>52.780</u>	<u>58.968</u>	<u>55.327</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo de mútuo entre a controladora e as controladas.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com outras partes relacionadas.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos.
- (vi) Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas.
- (vii) Saldo de mútuo devido pela Statkraft Energias Renováveis S.A. a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data de 02 de agosto de 2017.

A receita de serviços prestados a partes relacionadas ao final dos períodos é:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Receitas de prestação de serviços:				
Energen Energias Renováveis S.A.	127	340	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	-	-	-	-
Esmeralda S.A.	267	408	-	-
Macaúbas Energética S.A.	211	359	-	-
Moinho S.A.	224	383	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	410	551	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	162	305	-	-
Passos Maia Energética S.A.	274	444	274	444
Santa Laura S.A.	218	378	-	-
Santa Rosa S.A.	323	432	-	-
Statkraft Chile Inverciones Eléctricas Ltda.	-	(23)	-	(23)
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	-	379	-	379
Statkraft Investimentos Ltda.	-	48	-	48
Statkraft Peru S.A.	-	-	-	-
Seabra Energética S.A.	178	325	-	-
	<u>2.394</u>	<u>4.329</u>	<u>274</u>	<u>848</u>

O resultado financeiro relacionado às transações com partes relacionadas pode ser verificado conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Receitas financeiras:				
Com mútuos:				
Santa Rosa S.A.	245	-	-	-
Funcef	45	63	45	63
	<u>290</u>	<u>63</u>	<u>45</u>	<u>63</u>
Despesas financeiras:				
Com mútuos:				
Statkraft Investimentos Ltda.	(591)	-	(591)	-

#### 10.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$ 1.541 no período findo em 31 de março de 2018, e R\$ 1.500 no período findo em 31 de março de 2017, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

#### 11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação %	31.03.2018	31.12.2017
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	55.921	55.080
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	8.504	8.336
		<u>64.425</u>	<u>63.416</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para o período findo em 31 de março de 2018 e o exercício de 31 de dezembro de 2017 é zero.

No período findo em 31 de março de 2018, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$219, reconhecidos no resultado do período. Não houve dividendos recebidos para o período de 31 de março de 2017.

A movimentação dos investimentos controlados ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	79.462
Ajuste de avaliação patrimonial (i)	1.502
Redução de capital	<u>(17.548)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	63.416
Ajuste de avaliação patrimonial (i)	<u>1.009</u>
Em 31 de março de 2018	<u>64.425</u>

- (i) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido em 31 de março de 2018 R\$666 (2017, R\$988).

## 12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial				
	Em 1º de janeiro de 2018	Resultado do período	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)	Em 31 de março de 2018
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	(1.297)	-	-	19.309
Total consolidado	20.606	(1.297)	-	-	19.309
Energen Energias Renováveis S.A.	97.782	2.139	(14)	-	99.907
Esmeralda S.A.	28.645	4.420	-	3	33.068
Macaúbas Energética S.A.	54.391	(1.077)	(15)	-	53.299
Moinho S.A.	34.783	(1.937)	(6)	17	32.857
Monel Monjolinho Energética S.A.	117.937	5.389	-	23	123.349
Novo Horizonte Energética S.A.	53.443	557	(17)	-	53.983
Santa Laura S.A.	31.557	2.342	-	4	33.903
Santa Rosa S.A.	74.780	5.967	-	20	80.767
Seabra Energética S.A.	55.272	364	(13)	-	55.623
Total controladora	569.196	16.867	(65)	67	586.065

	Resultado de equivalência patrimonial						
	Em 1º de janeiro de 2017	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)	Dividendos destinados	Aporte de capital	Em 31 de dezembro de 2017
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Total consolidado	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Energen Energias Renováveis S.A.	108.073	(16.234)	(57)	-	-	6.000	97.782
Esmeralda S.A.	51.308	9.802	-	12	(32.477)	-	28.645
Macaúbas Energética S.A.	42.480	15.708	(60)	-	(3.737)	-	54.391
Moinho S.A.	44.984	(7.713)	(25)	68	(2.531)	-	34.783
Monel Monjolinho Energética S.A.	142.105	7.772	-	92	(32.032)	-	117.937
Novo Horizonte Energética S.A.	51.451	11.875	(68)	-	(9.815)	-	53.443
Santa Laura S.A.	35.214	6.827	-	16	(10.500)	-	31.557
Santa Rosa S.A.	63.749	14.347	-	80	(3.396)	-	74.780
Seabra Energética S.A.	53.228	11.420	153	-	(9.529)	-	55.272
Total controladora	621.284	51.214	(57)	268	(109.513)	6.000	569.196

(i) Referem-se a amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos;

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de março de 2018	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	105.637	7.256	96.243	2.139	2.125
Esmeralda S.A.	100	79.302	46.126	28.756	4.420	4.423
Macaúbas Energética S.A.	100	151.871	100.163	52.785	(1.077)	(1.092)
Moinho S.A.	100	99.723	66.079	35.582	(1.937)	(1.926)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	383.413	258.254	119.771	5.389	5.412
Novo Horizonte Energética S.A.	100	135.503	83.334	51.614	557	540
Santa Laura S.A.	100	57.574	23.500	31.733	2.342	2.346
Santa Rosa S.A.	100	119.595	37.653	75.974	5.967	5.987
Seabra Energética S.A.	100	136.309	82.037	53.908	364	351
Participação nos lucros de controladas						18.166
Empresas coligadas e controladas em conjunto						
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	123.412	84.793	41.213	(2.594)	(1.297)
Participação nos lucros de coligadas						(1.297)
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						16.869
31 de dezembro de 2017	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	103.473	23.491	96.243	(16.234)	(16.291)
Esmeralda S.A.	100	71.585	30.701	31.088	9.802	9.814
Macaúbas Energética S.A.	100	159.559	87.297	56.523	15.708	15.648
Moinho S.A.	100	96.740	70.247	34.225	(7.713)	(7.670)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	376.432	248.977	119.727	7.772	7.864
Novo Horizonte Energética S.A.	100	135.988	69.711	54.428	11.875	11.807
Santa Laura S.A.	100	53.230	13.241	33.169	6.827	6.843
Santa Rosa S.A.	100	113.729	21.284	78.137	14.347	14.427
Seabra Energética S.A.	100	136.733	68.662	56.626	11.420	11.573
Participação nos lucros de controladas						54.015
Empresas coligadas e controladas em conjunto						
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	127.746	131.413	(3.667)	(5.180)	(2.590)
Participação nos lucros de coligadas						(2.590)
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						51.425



## 13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutoras	Ferramentas, máquinas e equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	10.943	304.159	155.053	6.526	435.903	6	39.276	20.441	972.307
Custo histórico	15.305	425.025	223.179	8.430	548.812	21	54.859	20.441	1.296.072
Depreciação acumulada	(4.135)	(120.866)	(68.100)	(1.821)	(106.848)	(15)	(15.580)	-	(317.365)
Redução do valor recuperável dos ativos (i)	(227)	-	(26)	(83)	(6.061)	-	(3)	-	(6.400)
Adições	9.358	-	-	-	-	-	-	18.666	28.024
Baixas	-	-	(240)	-	(2.425)	-	-	(1.702)	(4.367)
Transferências	317	6.578	11.351	-	3.064	-	76	(21.386)	-
Depreciação	(835)	(17.314)	(10.058)	(337)	(25.756)	(2)	(2.202)	-	(56.504)
Redução do valor recuperável dos ativos (i)	(452)	-	(53)	(165)	(12.081)	-	(5)	-	(12.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.331	293.423	156.053	6.024	398.705	4	37.145	16.019	926.704
Custo histórico	24.980	431.603	234.290	8.430	549.451	21	54.935	16.019	1.319.729
Depreciação acumulada	(4.970)	(138.180)	(78.158)	(2.158)	(132.604)	(17)	(17.782)	-	(373.869)
Redução do valor recuperável dos ativos (i)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	(8)	-	(19.156)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	806	806
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(516)	(516)
Transferências	-	-	1.359	846	3.612	-	-	(5.817)	-
Transferências para ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(796)	(796)
Depreciação	(326)	(4.399)	(2.699)	(94)	(7.686)	-	(556)	-	(15.760)
Saldo em 31 de março de 2018	19.005	289.024	154.713	6.776	394.631	4	36.589	9.696	910.438
Custo histórico	24.980	431.603	235.649	9.276	553.063	21	54.935	10.212	1.319.739
Depreciação acumulada	(5.296)	(142.579)	(80.857)	(2.252)	(140.290)	(17)	(18.338)	-	(389.629)
Redução do valor recuperável dos ativos (i)	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	(8)	-	(19.156)
Taxa média depreciação anual %	5,22	4,08	4,61	4,46	5,60	20,00	4,05	-	

(i) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2018 o Grupo não identificou indícios que pudessem indicar novas perdas ao valor recuperável de ativos.

## a) Custo de desmobilização

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o mais parecido possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas tem como base as nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

Desta forma, em setembro de 2017, os custos de desmobilização foram mensurados capitalizados conforme detalhamento:

	<u>Efeito do custo de desmobilização</u>
UEE Energen	(2.987)
UEE Macaúbas	(2.464)
UEE Novo Horizonte	(2.112)
UEE Seabra	(2.111)
Total	<u>(9.674)</u>

O saldo em 31 de março de 2018 das provisões de desmobilização é de R\$9.860 (R\$9.758 em 31 de dezembro de 2017).

## 14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	<u>Direito de softwares</u>	<u>Ágio</u>	<u>Uso do bem público</u>	<u>Outros intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	300	3.541	35.212	12.138	51.191
Custo histórico	513	3.541	50.990	33.270	88.314
Amortização acumulada	(213)	-	(15.778)	(21.132)	(37.123)
Adições	3.894	-	-	2.336	6.230
Baixas	-	-	-	(1.267)	(1.267)
Transferências	163	-	-	(163)	-
Amortização	(171)	-	(1.820)	(1.724)	(3.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.186</u>	<u>3.541</u>	<u>33.392</u>	<u>11.320</u>	<u>52.439</u>
Custo histórico	4.570	3.541	50.990	34.176	93.277
Amortização acumulada	(384)	-	(17.598)	(22.856)	(40.838)
Adições	4.798	-	-	-	4.798
Transferências do ativo imobilizado	796	-	-	-	796
Amortização	(103)	-	(450)	(147)	(700)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>9.677</u>	<u>3.541</u>	<u>32.942</u>	<u>11.173</u>	<u>57.333</u>

## 15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017	16.177
Custo da venda de propriedade para investimento	<u>(680)</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u><u>15.497</u></u>

## 16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	5.673	3.553	9.925	8.850
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	5.767	4.115
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	68.870	63.357
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	46.538	34.361
	<u>5.673</u>	<u>3.553</u>	<u>131.100</u>	<u>110.683</u>

Conforme mencionado no contexto operacional, as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho estavam protegidas por liminares, na data destas demonstrações.

## 17. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em quase na sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs, e têm sua composição assim demonstrada:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Financiamento de obras - BNDES (i)	147.461	152.503
Financiamento de obras - BNB (ii)	<u>228.001</u>	<u>231.198</u>
	<u>375.462</u>	<u>383.701</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	34.678	34.804
Passivo não circulante	340.784	348.897

(i) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

<u>Empresas</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos financeiros % a.a.</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	107.152	110.108
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	35.027	35.804
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	5.282	6.591
			<u>147.461</u>	<u>152.503</u>

## (ii) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.(*)	31.03.2018	31.12.2017
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	83.301	84.402
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	72.899	74.071
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	71.801	72.725
			<u>228.001</u>	<u>231.198</u>

(\*) Os contratos preveem Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato requisitos mínimos de apólices de seguro, atendimento de condicionantes ambientais, manutenção de contas "reserva", manutenção de garantias e medição periódica de índices mínimos para cláusulas restritivas ("covenants"), que se encontram detalhados nas Demonstrações Financeiras Completas de 2017.

Na data deste relatório o Grupo vem atendendo aos pré-requisitos dos contratos de financiamentos mencionados nos itens (i) e (ii) acima, bem como acompanha periodicamente a evolução dos índices das cláusulas restritivas, os quais foram atendidos.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	473.868
Pagamento de principal	(90.151)
Pagamento de juros	(36.594)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>36.578</u>
Em 31 de dezembro de 2017	383.701
Pagamento de principal	(8.483)
Pagamento de juros	(6.885)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>7.129</u>
Em 31 de março de 2018	<u>375.462</u>

A controladora não possui movimentação de empréstimos e/ou financiamentos para os períodos apresentados.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de março de 2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	9.375	12.500	12.500	12.500	47.501	94.376
Moinho S.A.	2.501	3.334	3.334	3.334	19.066	31.569
Macaúbas Energética S.A.	3.990	5.819	6.473	7.173	55.249	78.704
Novo Horizonte Energética S.A.	3.110	4.557	5.996	6.777	47.738	68.178
Seabra Energética S.A.	3.351	4.926	5.493	6.101	48.064	67.935
	<u>22.327</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.618</u>	<u>340.762</u>

<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.500	12.500	12.500	12.500	47.217	97.217
Moinho S.A.	3.334	3.334	3.334	3.334	19.008	32.344
Esmeralda S.A.	1.326	-	-	-	-	1.326
Macaúbas Energética S.A.	5.208	5.819	6.473	7.173	55.131	79.804
Novo Horizonte Energética S.A.	4.200	4.557	5.996	6.777	47.819	69.349
Seabra Energética S.A.	4.397	4.926	5.493	6.101	47.940	68.857
	<u>30.965</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.115</u>	<u>348.897</u>

## 18. CONCESSÕES A PAGAR

O saldo a pagar desta natureza em 31 de março de 2018 é de R\$73.700, sendo R\$9.430 no passivo circulante e R\$64.270 no não circulante (R\$72.808 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

## 19. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Tributos retidos a recolher	43	115	127	384
PIS a recolher	4	2	348	397
COFINS a recolher	25	11	1.628	1.848
Outros tributos a recolher	300	2	316	2
IOF a recolher	18	22	18	22
Tributos sobre provisões	2.891	1.128	9.511	7.450
	<u>3.281</u>	<u>1.280</u>	<u>11.948</u>	<u>10.103</u>
Apresentados como:				
Passivo Circulante	3.281	1.280	11.136	9.090
Passivo não circulante	-	-	812	1.013

## 20. OUTROS PASSIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisão para compensação ambiental	-	-	1.250	1.690
P&D (ANEEL) a pagar	-	-	1.411	2.183
Arrendamento de terras	-	-	7.462	7.045
Outras contas a pagar	99	-	4.478	4.215
	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>14.601</u>	<u>15.133</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	99	-	5.442	5.940
Passivo não circulante	-	-	9.159	9.193

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, está representado por 143.347.224 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital social
Statkraft Investimentos Ltda.	116.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais	<u>26.794.623</u>	<u>18,69</u>
	<u><u>143.347.224</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

## b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31.12.2017</u>
Em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>1.996</u>
Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017	<u><u>1.996</u></u>

## c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal	420
Reserva de lucros	<u>21.316</u>
	<u><u>21.736</u></u>

## (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

## (ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão.

## d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial se refere aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Prestação de serviços	2.394	4.602	274	874
Tributos sobre a prestação de serviços	(281)	(273)	(20)	(26)
	<u>2.113</u>	<u>4.329</u>	<u>254</u>	<u>848</u>
Contrato de Energia De Reserva - CER	-	-	18.830	21.116
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	-	33.212	20.963
Contrato Ambiente de Contratação Livre - ACL)	-	-	6.267	192
Contrato de Compra de Energia Regulada - CCEAR)	-	-	26.274	18.131
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(4.789)	(3.358)
	-	-	<u>79.794</u>	<u>57.044</u>
Receita líquida	<u>2.113</u>	<u>4.329</u>	<u>80.048</u>	<u>57.892</u>

Outras informações contratuais são apresentadas no contexto operacional deste relatório.

## 23. CUSTOS E DESPESAS

## a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	-	-	(20.503)	(10.481)
Depreciação e amortização	-	-	(16.104)	(14.056)
Salários e encargos sociais	(1.089)	(3.217)	(899)	(1.146)
Encargos setoriais	-	-	(2.720)	(2.592)
Seguros fianças e comissões	-	-	(1.523)	(1.659)
Serviços de terceiros	-	-	(2.017)	(2.010)
Viagens e estadias	-	(4)	-	(5)
Outros	-	-	-	(153)
Total	<u>(1.089)</u>	<u>(3.221)</u>	<u>(43.766)</u>	<u>(32.102)</u>



## b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Serviços de terceiros	(957)	(774)	(1.732)	(2.024)
Salários e encargos sociais	(3.452)	(1.378)	(4.973)	(3.925)
Remuneração dos administradores	(1.541)	(1.500)	(1.541)	(1.500)
Encargos setoriais	-	-	(363)	(725)
Viagens e estadias	(300)	(197)	(469)	(258)
Aluguel	(174)	(279)	(397)	(294)
Impostos e taxas	(162)	(24)	(792)	(392)
Participação nos Resultados	857	(561)	949	(634)
Propaganda e publicidade	-	(91)	-	(93)
Seguros fianças e comissões	(50)	-	(50)	(14)
Penalidades	-	(60)	-	(62)
Depreciação e amortização	(186)	(163)	(186)	(163)
Estudos em desenvolvimento	-	4	-	4
Outros	(386)	(293)	(582)	(503)
	<u>(6.351)</u>	<u>(5.316)</u>	<u>(10.136)</u>	<u>(10.583)</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Despesas financeiras:				
Com financiamentos	-	(65)	(7.129)	(9.639)
Comissão de fiança e garantias	(2)	(20)	(25)	(95)
IOF, multas e juros sobre tributos	(763)	(394)	(766)	(434)
Variação cambial passiva	-	(10)	-	(15)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	-	-	(2.858)	(2.612)
Juros sobre contrato de mutuo	(591)	-	(591)	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(114)	-	(114)	-
Outras despesas financeiras	(9)	(85)	(478)	1.508
	<u>(1.479)</u>	<u>(574)</u>	<u>(11.961)</u>	<u>(11.287)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.839	1.884	4.364	6.503
Variação cambial ativa	29	-	74	221
Outras Receitas financeiras	2	716	2	397
	<u>1.870</u>	<u>2.600</u>	<u>4.440</u>	<u>7.121</u>
	<u>391</u>	<u>2.026</u>	<u>(7.521)</u>	<u>(4.166)</u>

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)

## a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(6.563)	309
Diferido	<u>343</u>	<u>21.104</u>
	<u>(6.220)</u>	<u>21.413</u>
b) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social		
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Lucro antes dos tributos	18.806	8.028
Efeito das operações descontinuadas	255	(509)
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	26
Exclusões do lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	-
Receita de dividendos não tributáveis	(219)	-
Equivalência patrimonial	<u>1.297</u>	<u>1.833</u>
	<u>20.139</u>	<u>9.378</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(6.846)	(3.189)
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	2.737	3.285
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	-	(1.005)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	(2.460)	(544)
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	343	19.970
Reconhecimento de tributos contingentes	-	2.896
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	<u>6</u>	<u>        </u>
Encargo no resultado do período	<u>(6.220)</u>	<u>21.413</u>

## c) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros.

O grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação societária e regulatória (ANEEL) em sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., no montante de R\$12.596, a expectativa de realização do total de impostos diferidos ativos sobre tais diferenças é de abril de 2037, prazo final de concessão da controlada.

## 26. SEGUROS (NÃO REVISADO)

## a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&amp;O)

A Companhia é cossegurada na apólice detida pela parte relacionada Statkraft Energia do Brasil Ltda.

## b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

## c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2018.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

### 27.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

#### a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

#### b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco do Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

#### c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de março de 2018:					
Fornecedores nacionais	5.673	131.100	-	-	-
Financiamentos	-	34.678	87.237	72.920	180.627
Partes relacionadas	51.804	-	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.430	26.858	20.123	17.289
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	9.860
Em 31 de dezembro de 2017:					
Fornecedores nacionais	509	5.038	-	-	-
Financiamentos	-	34.804	62.102	69.681	217.114
Partes relacionadas	54.207	54.207	-	-	-
Concessões a pagar	-	7.965	17.160	18.847	28.146
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	9.758

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (nota explicativa 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2015, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2017.

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2018	Valores expostos em 2017	Variações adicionais no saldo contábil				
				-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	165.000	179.157	5.057	7.586	10.115	12.643	15.172
Aplicações financeiras restritas	CDI	43.536	42.914	1.334	2.002	2.669	3.336	4.003
Impacto líquido	CDI	208.536	222.071	6.806	10.210	13.613	17.016	20.419
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(147.461)	(152.503)	(4.977)	(7.465)	(9.954)	(12.442)	(14.930)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	6,13%	9,93%	3,07%	4,60%	6,13%	7,66%	9,20%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,75%	7,00%	3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%

## f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de março de 2018	Consolidado		Saldo total
	Nível 2	Nível 3	
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	43.536	-	43.536
Investimentos ao valor justo	-	64.425	64.425
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado		Saldo total
	Nível 2	Nível 3	
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	42.914	-	42.914
Investimentos ao valor justo	-	63.416	63.416
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$55.921 mil e R\$8.504 mil.

A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.



## g) Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de março de 2018</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	218.266	-	-	218.266
Contas a receber de clientes	-	106.942	-	106.942
Partes relacionadas	6.490	-	-	6.490
Repactuação do risco hidrológico	-	5.087	-	5.087
Aplicação financeira restrita	43.536	-	-	43.536
Investimentos ao valor justo	-	-	64.425	64.425
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
	<u>283.789</u>	<u>112.029</u>	<u>64.425</u>	<u>460.243</u>
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	-	-	183.324
Contas a receber	-	93.475	-	93.475
Partes relacionadas	6.445	-	-	6.445
Repactuação do risco hidrológico	-	5.703	-	5.703
Aplicação financeira restrita	42.914	-	-	42.914
Investimentos ao valor justo	-	-	63.416	63.416
Propriedades para investimento	16.177	-	-	16.177
	<u>248.860</u>	<u>99.178</u>	<u>63.416</u>	<u>411.454</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de março de 2018</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	131.100	131.100
Financiamentos	-	375.462	375.462
Partes relacionadas	-	51.804	51.804
Concessão a pagar	-	73.700	73.700
Provisão para remoção de imobilizado	9.860	-	9.860
	<u>9.860</u>	<u>632.066</u>	<u>641.926</u>
<u>31 de dezembro de 2017</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	108.267	108.267
Financiamentos	-	383.701	383.701
Partes relacionadas	-	53.331	53.331
Concessão a pagar	-	72.808	72.808
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	-	9.758
	<u>9.758</u>	<u>617.704</u>	<u>927.462</u>

## 28. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

## a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei 13.203/2015 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santo Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho/2015 e regressaram em junho/2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho/2016 e retornaram em julho/2017.

b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

## 29. CONTINGÊNCIAS

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Processos trabalhistas	2.976	3.060	2.976	3.060
Processos fiscais	1.386	1.386	2.578	2.220
Processos cíveis	10.268	10.269	16.885	18.027
	<u>14.630</u>	<u>14.715</u>	<u>22.439</u>	<u>23.307</u>

A movimentação dos saldos passivos é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2017	14.715	23.308
Adição	-	358
Utilização	-	(640)
Reversão	(84)	(587)
Em 31 de março de 2018	<u>14.631</u>	<u>22.439</u>

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais ao final de cada período, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31.03.2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2017</u>
Trabalhistas	551	467
Fiscais	647	565
Cíveis	<u>1.718</u>	<u>1.069</u>
	<u>2.916</u>	<u>2.101</u>

Além dos valores apresentados no quadro acima, a Companhia também é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra a lide.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela ANIPA (Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma a lide resta classificada com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

### 30. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	12.331	29.950
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>143.347</u>	<u>143.347</u>
Lucro por ação	<u>0,08602</u>	<u>0,20893</u>

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis, se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria.

### 31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 18 de abril de 2018 a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação dos dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$21.316, sendo R\$18.954 para controladora Statkraft Investimentos Ltda. que serão pagos em 27 de abril de 2018, e R\$4.357 para acionista FUNCEF, que serão liquidados como abatimento do contrato de mútuo mantida entre esta acionista e a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 10.

---